

RELATO FINANCEIRO

2025



FUNDO POUPANÇA REFORMA
PPR BIG CONSERVADOR

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| RELATÓRIO DE GESTÃO | 3 |
| Sumário Executivo..... | 4 |
| Síntese Económica e Mercados..... | 5 |
| O Fundo de Pensões | 12 |
| Política de Investimento | 14 |
| Estratégia e Atuação..... | 16 |
| Composição da Carteira | 18 |
| Riscos Materiais..... | 19 |
| Sustentabilidade..... | 21 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 22 |
| Posição Financeira..... | 23 |
| Demonstração de Resultados | 24 |
| Demonstração DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 25 |
| Notas às Demonstrações Financeiras..... | 26 |
| Gestão de Risco | 31 |
| CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 39 |



| RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2025 ficou marcado pela manutenção de um enquadramento internacional complexo, caracterizado por um crescimento moderado nas economias desenvolvidas, pela persistência de tensões geopolíticas e pela evolução das políticas monetárias num contexto de desaceleração gradual da inflação. Nos Estados Unidos, o enquadramento político e comercial continuou a gerar expectativas de maior protecionismo económico, com potenciais implicações para o comércio internacional e para as economias exportadoras, incluindo a Zona Euro.

No plano geopolítico, continuaram a verificar-se conflitos armados em diversas regiões, nomeadamente a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com impactos relevantes sobre a estabilidade europeia, a confiança dos agentes económicos e os mercados energéticos. No Médio Oriente, o conflito entre Israel e o Hamas permaneceu como um dos principais focos de instabilidade global. Apesar do acordo de cessar-fogo permanente alcançado no início de outubro, a região continuou exposta a episódios de tensão e incerteza, contribuindo para um ambiente de volatilidade nos mercados internacionais.

O contexto político na Europa permaneceu marcado por elevada fragmentação e instabilidade, refletindo o reforço de forças populistas e eurocéticas após o ciclo eleitoral de 2024 e a dificuldade em assegurar maior coesão institucional em vários Estados-Membros. Paralelamente, a guerra na Ucrânia continuou a pressionar a unidade europeia e a agenda de segurança, intensificando o debate sobre o aumento da despesa em defesa e o reforço da autonomia estratégica da União. Este enquadramento contribuiu para um ambiente político-geopolítico mais incerto em 2025, com potenciais impactos na estabilidade das políticas económicas, orçamentais e externas.

A evolução política do Reino Unido manteve, em 2025, um forte impacto nos mercados, marcada pela instabilidade pós-Brexit, por mudanças nas políticas fiscais e por pressões internas que influenciam a confiança dos investidores. A incerteza em torno do crescimento económico e da regulação das relações comerciais afetou diretamente o desempenho da libra, o ambiente empresarial e a atratividade do país como centro financeiro, mantendo-se a política britânica como um fator relevante para a dinâmica dos mercados internacionais.

Nos Estados Unidos o contexto político manteve-se caracterizado por elevada polarização e incerteza institucional, na sequência do ciclo eleitoral de 2024 e persistência de divisões significativas no Congresso. A agenda económica e fiscal continuou condicionada por impasses políticos recorrentes, incluindo debates sobre o défice e o financiamento federal, enquanto as tensões sociais e a consolidação de posições mais extremadas contribuíram para um ambiente de risco político moderado. Este enquadramento teve implicações relevantes para a previsibilidade da política económica e para a confiança dos mercados ao longo do ano.

A inflação prosseguiu numa trajetória de desaceleração durante 2025, beneficiando da estabilização dos preços da energia e da maior normalização das cadeias de fornecimento globais. Este enquadramento permitiu que os principais bancos centrais continuassem, ainda que de forma prudente, o ciclo de descidas das taxas de juro iniciado em 2024. O Banco Central Europeu manteve uma abordagem prudente e gradual ao longo do exercício, iniciou o ano com 2,75% efetuou uma redução em março para 2,50% e fez uma redução adicional em junho para 2,00%, procurando equilibrar o controlo inflacionista com apoio à recuperação económica. A FED manteve a Federal Funds Rate em 4,25% - 4,50% até meados do ano, indicando posteriormente um ciclo de cortes no segundo semestre. No último trimestre, foram implementadas três reduções consecutivas de 25 pb, com a taxa a encerrar em 3,50% - 3,75%, refletindo uma orientação monetária progressivamente menos restritiva.

SÍNTESE ECONÓMICA E MERCADOS

EVOLUÇÃO ECONÓMICA

ECONOMIA MUNDIAL

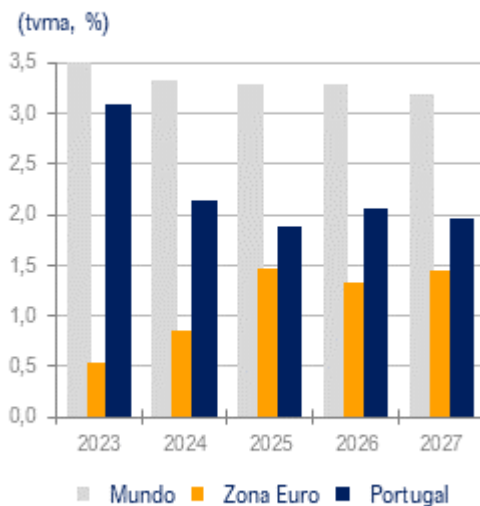
A primeira metade do ano de 2025 foi marcada pelo deflagrar da guerra comercial global espoletada pelo Presidente dos EUA, que veio, numa primeira fase (designadamente após o anúncio, em 2 de abril, das tarifas recíprocas que pretendia implementar), provocar uma redução das perspetivas de crescimento global e o agravamento das expectativas de inflação (designadamente nos EUA), mas que, à medida que foram sendo anunciados acordos comerciais envolvendo tarifas menos elevadas, começaram a tornar-se menos desfavoráveis, pelo que as economias acabaram, durante essa primeira metade do ano, por revelar uma resiliência da atividade superior à anteriormente antecipada.

A segunda metade do ano acabou por trazer uma maior estabilidade macroeconómica, bem como um abrandamento das tensões comerciais e geopolíticas, apesar de novos focos de tensão observados mais próximos do final de 2025 e início deste ano (designadamente no sudoeste asiático, entre a China e Taiwan, bem como entre os EUA e a Venezuela, o Irão e a Dinamarca, neste último caso devido às pretensões territoriais dos EUA sobre o território da Gronelândia). A suportar a resiliência da atividade económica esteve também a maior flexibilidade da política monetária nos principais blocos económicos, com a Reserva Federal dos EUA a efetuar três cortes nas taxas de juro de referência entre setembro e dezembro de 2025, num total de 75 pb, e o BCE a realizar quatro cortes de 25 pb em 2025, terminando com as descidas de taxas em meados do ano.

Na atualização do World Economic Outlook (WEO), em 19 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta as suas previsões de crescimento global face às anteriores previsões de outubro, de 3,2% para 3,3% em 2025, e de 3,1% para 3,3% em 2026, valores agora em linha com os 3,3% registados em 2024, mas continuando abaixo da média histórica pré-pandémica de 3,7%. Para 2027, o FMI prevê um ligeiro abrandamento, para um crescimento de 3,2%, reiterando a anterior previsão. A revisão em alta das perspetivas de crescimento global é explicada, na sua maioria, pela revisão das projeções para os EUA e China. Com efeito, a economia norte-americana destaca-se como o principal motor da revisão em alta do PIB para este ano, com o FMI a prever que a economia dos EUA cresça 2,4% em 2026 (+0,3 p.p. do que a previsão em outubro), apoiada pela política orçamental expansionista e por uma política monetária de taxas de juro mais baixas, enquanto o impacto das barreiras comerciais mais elevadas diminuiu gradualmente. Para 2027, o FMI antecipa que o crescimento do PIB dos EUA abrande para 2,0% (-0,1 p.p. face às estimativas de outubro).

A China surge como o segundo grande contributo para a melhoria das projeções globais, com o FMI a rever em alta o crescimento esperado para a segunda maior economia mundial a preços de mercado (é a maior em

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: Banco Mundial (GEEF) e FMI

paridade do poder de compra, segundo os próprios cálculos do FMI), projetando uma expansão de 4,5% para o ano de 2026, face aos 4,2% anteriormente previstos. Este cenário reflete as taxas alfandegárias efetivas mais baixas dos EUA sobre produtos daquele país como resultado da trégua comercial de um ano, acordada em novembro, e das medidas de estímulo a serem implementadas ao longo dos próximos dois anos. Em 2027, o FMI prevê que a taxa de crescimento desacelere para 4,0%, menos 0,2 p.p. face às previsões de outubro.

Já para a Zona Euro, o FMI apresentou um panorama menos otimista do que para os EUA e a China, embora mais favorável do que nas previsões de outubro, que, para 2026, foram revistas em alta (+0,1 p.p.), para 1,3%, tendo mantido a previsão de 1,4% para 2027.

Para a Índia, o FMI prevê agora um crescimento de 6,4% em 2026 e também de 6,4% em 2027 (revisto em alta em +0,2 p.p. para 2026 e mantendo a previsão de 2027), prevendo para a Rússia expansões de 0,8% em 2026 (revisto em baixa, em -0,2 p.p.) e 1,0% em 2027 (revisto em baixa em -0,1 p.p.) e, para o Brasil, de 1,6% em 2026 e 2,3% em 2027 (revisões de -0,3 p.p. para este ano e de +0,1 p.p. para o próximo).

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê que mantenha a trajetória descendente, estimando uma inflação global em queda para 4,1% em 2025 (+5,8% em 2024), representando uma revisão em baixa de 0,1 p.p. face às previsões de outubro, mas revendo ligeiramente em alta a previsão para este ano, de 3,7% para 3,8%, e mantendo a projeção de 3,4% para 2027. O FMI prevê que a inflação regresse aos objetivos definidos pelos bancos centrais das principais economias, mais gradualmente nos EUA do que noutras economias, com este panorama da inflação a nível global a esconder diferenças significativas entre países.

Estas previsões macroeconómicas do FMI, ainda não refletem a ofensiva militar dos EUA e de Israel contra o Irão, iniciada em 28 de fevereiro e que trouxe, naturalmente, novos riscos ao contexto geopolítico global, com potenciais impactos, designadamente, no comércio internacional e nos preços da energia, podendo, assim, afetar as perspetivas de crescimento económico e de evolução da inflação à escala global, embora com os impactos a estarem muito dependentes da efetiva duração do conflito.

ECONOMIA DA ZONA EURO

A atividade económica na região arrancou 2025 com um crescimento em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre (+0,4% no quarto trimestre de 2024), surpreendendo pela positiva o mercado e refletindo, em particular, o forte desempenho da economia irlandesa (cresceu +7,74% em cadeia, um crescimento que acabou por não ser significativamente corrigido nos trimestres seguintes), cujas exportações líquidas terão beneficiado bastante do efeito de antecipação das tarifas aduaneiras das exportações para os EUA que era previsto serem severamente agravadas no início do segundo trimestre. No segundo trimestre do ano, a economia da região apresentou um esperado abrandamento, subindo 0,2% em cadeia num contexto global bastante adverso (v.g., guerra comercial e conflitos militares em curso), que persistiu ao longo de todo o ano, tendo depois acelerado ligeiramente no terceiro trimestre (+0,3%) e desacelerado novamente no derradeiro trimestre do ano (+0,2%).

Após alguma aceleração no conjunto do ano de 2024, para um crescimento de 0,8% (+0,6% em 2023), beneficiando de algum alívio do contexto de elevada inflação e de elevadas taxas de juro que tinham condicionado bastante a atividade no ano precedente, a economia da região voltou a acelerar em 2025 (+1,5%), perspetivando-se uma ligeira desaceleração em 2026, para 1,3% (embora com a previsão a encontrar-se rodeada de riscos descendentes, associados ao conflito militar em curso no Médio Oriente), um cenário que está em linha com as projeções do FMI (+1,3%, em 19 de janeiro), sendo um pouco mais favorável que o

projetado pela Comissão Europeia (+1,2%, em 17 de novembro), pela OCDE (+1,2%, em 2 de dezembro) e pelo BCE (+1,2%, em 18 de dezembro).

Ao longo do ano de 2025, assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, com o indicador homólogo a fechar o ano em 1,9%, marginalmente abaixo do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (2,0%) e aquém do observado no final de 2024 (+2,4%, estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% verificado em outubro de 2022). Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2025 de 2,4% para 2,1%, devendo prosseguir ao longo deste ano a trajetória descendente – não obstante os riscos ascendentes provocados pelos conflitos militares e tensões geopolíticas atualmente existentes, com potencial impacto, designadamente, no mercado energético –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 1,9% em 2026. No entanto, esta previsão ficou, recentemente, rodeada de riscos ascendentes, associados aos impactos do conflito militar no Médio Oriente, cuja dimensão estará, naturalmente, dependente da duração do conflito e do seu efeito nas disrupções no fornecimento e transporte de energia, em particular no Estreito de Ormuz, com impacto direto nos preços da energia, especialmente do petróleo e do gás natural.

Durante o primeiro semestre de 2025 e conforme esperado, o BCE deu continuidade ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras, iniciado em junho de 2024, num contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), com mais quatro cortes de taxas nas reuniões de janeiro, março, abril e junho, mantendo depois as taxas na segunda metade do ano, com a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*) a fecharem 2025 em 2,15% e 2,00%, respetivamente, após terem encerrado o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%

ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa arrancou o ano de 2025 com uma descida em cadeia do PIB de 0,3% no primeiro trimestre, contrariando as indicações que tinham sido dadas pela generalidade dos dados mensais de atividade e que terá representado, essencialmente, um efeito de correção face ao intenso crescimento observado no último trimestre de 2024 (+1,2%). A economia regressou, como esperado, aos crescimentos no segundo trimestre, ao expandir 0,7%, tendo depois diminuído ligeiramente o ritmo no terceiro trimestre (+0,6%), e acelerado no derradeiro trimestre do ano (+0,9%).

Em termos médios anuais, observou-se um ligeiro abrandamento do crescimento em 2025, com o PIB a avançar 1,9%, depois de ter crescido 2,2% em 2024, em abrandamento face à expansão de 3,1% em 2023 e 7,0% em 2022, este último o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,6% em 2021 e a diminuição histórica de 8,2% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19). A economia portuguesa continuou, assim, a expandir mais do que a Zona Euro (+1,5%), situação que deverá voltar a acontecer em 2026, para o qual se perspetiva um crescimento novamente em torno de 2% (numericamente +2,1% vs +1,3%, no caso da Zona Euro), com estas projeções para o ano em curso a encontrarem-se acima das previsões do Conselho das Finanças Públicas (+1,8% em setembro), em linha com o projetado pelo FMI (+2,1% em outubro), mas abaixo das previsões da Comissão Europeia (+2,2% em novembro), da OCDE (+2,2% em dezembro), do Banco de Portugal (+2,3% em dezembro) e do Governo (+2,3% em outubro).

Ao nível dos preços, assistiu-se, ao longo do ano, a alguma volatilidade da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), embora exibindo uma tendência de descida, passando dos 3,1% observados em dezembro de 2024 para 2,4% em dezembro de 2025, tendo durante o ano apresentado, por três ocasiões, níveis abaixo do objetivo de inflação de médio prazo do BCE (+1,7% em maio e +1,9% em março e setembro), estando já bastante aquém do pico máximo de 10,6% registado em outubro de 2022. Depois da descida da inflação em 2024,

dos 5,3% observados em 2023 para 2,7%, a inflação voltou a recuar em 2025 para 2,2%, perspetivando-se uma nova redução este ano – não obstante os riscos ascendentes ainda presentes, associados, designadamente, aos conflitos militares e outras tensões geopolíticas em curso –, para uma inflação média anual em torno de 2,0% em 2026, embora com riscos ascendentes, devido aos potenciais impactos do mencionado conflito militar no Médio Oriente.

No mercado laboral, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), observou-se uma tendência de descida da taxa de desemprego ao longo de 2025, passando dos 6,4% com que havia terminado o ano de 2024 para 5,6% em dezembro de 2025. Em termos anuais, a taxa de desemprego ficou nos 6,0%, abaixo dos 6,4% observados em 2024 (6,5% em 2023), perspetivando-se uma nova ligeira redução este ano, para 5,9%.

MERCADOS FINANCEIROS

Durante a primeira metade do ano de 2025, assistiu-se a uma elevada volatilidade do sentimento dos mercados, refletindo, designadamente, os receios dos investidores quanto ao impacto da guerra comercial espoletada pelo Presidente dos EUA, Donald Trump, que, entretanto, foram diminuindo à medida que iam sendo adiadas as aplicações dessas tarifas ou anunciados acordos comerciais com tarifas mais favoráveis do que as inicialmente avançadas por Trump (em 2 de abril), traduzindo-se, em termos globais, num semestre de ganhos nos mercados acionistas.

Este sentimento positivo foi suportado, essencialmente, pela resiliência das economias face à referida guerra comercial (após em abril e maio ter aumentado a probabilidade de uma recessão global, em especial nos EUA), pelos resultados positivos dos testes de stress realizados aos bancos dos EUA (que demonstraram resiliência perante uma recessão severa), pela boa época de resultados das empresas norte-americanas e pelo alívio das pressões inflacionistas na Zona Euro e com o impacto das tarifas de Trump na inflação nos EUA a ser, até agora, inferior ao inicialmente esperado.

Na segunda metade do ano, os mercados financeiros acabaram por recuperar com mais força, beneficiando da maior estabilidade macroeconómica e do abrandamento das tensões comerciais e geopolíticas (apesar dos novos focos de tensões geopolíticas observados mais próximos do final de 2025 e início deste ano). A suportar o sentimento dos investidores esteve também a continuação da desinflação, bem como a expectativa de maior flexibilidade da política monetária nos EUA, que se veio a observar com três cortes de taxas entre setembro e dezembro de 2025 (num total de 75 pb), sendo que, na Europa, o BCE fez o último corte em 5 de junho (realizando um corte total de 100 pb em 2025), enquanto o Banco de Inglaterra cortou as taxas por quatro vezes em 2025 (num total de 100 pb). Setores como a tecnologia, a indústria e serviços financeiros continuaram a beneficiar de forte investimento em inteligência artificial (IA) e de políticas económicas favoráveis.

Neste contexto, 2025 tornou-se num dos melhores anos pós-pandemia em termos de valorizações globais. Os mercados emergentes também registaram ganhos robustos, enquanto os metais preciosos tiveram desempenhos excecionais e as obrigações beneficiaram da queda das *yields* norte-americanas, embora a subida das *yields* de longo prazo tenha penalizado a valorização dos títulos de dívida nas maturidades mais elevadas. Assim, as principais bolsas mundiais mantiveram em 2025 a tendência de recuperação iniciada em 2023, com variações positivas nos EUA, na Europa, na Ásia e na América Latina, e com o índice *MSCI Mundial* a subir 20,6% (+15,7% em 2024 e +20,1% em 2023), atingindo níveis máximos históricos no final do ano (em 26 de dezembro), entretanto, já ultrapassados no início de 2026.

Os principais índices de ações dos EUA registaram variações positivas, com o *S&P 500* a avançar 16,4%, alcançando um máximo histórico em 24 de dezembro (igualmente já ultrapassado este ano), após terem caído fortemente em abril, em resultado do anúncio das tarifas aduaneiras de Trump. O *Nasdaq* exibiu uma subida superior no conjunto do ano (+20,4%; com o respetivo máximo histórico a ser alcançado em 29 de outubro), refletindo a maior valorização das empresas tecnológicas, com destaque para as mais ligadas à IA, ao passo que o *Dow Jones* valorizou 13,0%, atingindo também um máximo histórico em 24 de dezembro (entretanto também já ultrapassado no início de 2026).

Na Europa, o comportamento ascendente foi transversal à generalidade das praças europeias. O *Eurostoxx 50* subiu 18,3% em 2025, tendo o índice português *PSI* valorizado 29,6%, representando o melhor desempenho da praça nacional desde a crise financeira de 2009 e um dos maiores na Europa. Em termos setoriais, na Zona Euro, destaca-se as valorizações observadas na banca (+66,9%), nos recursos básicos (+28,2%), nas utilities (+28,0%) e nos seguros (+25,5%). Nos EUA, o comportamento setorial foi também maioritariamente positivo ao longo do ano, com destaque para os serviços de comunicação (+32,4%), as tecnologias de informação (+23,3%), a indústria (+17,7%) e os serviços financeiros (+13,3%, com a banca a valorizar 30,4%), após subidas dos serviços financeiros na ordem de 35% em 2024 (com o subsector da banca com mais de 40%), dos serviços de comunicações e das TIC. As “Magnificent seven” exibiram uma subida de 22,6%, bem acima das demais ações do *S&P 500* (+13,7%), após as primeiras terem avançado 48,0% em 2024, o triplo das demais ações (+14,5%).

Com a continuação do ciclo de descida das taxas de juro diretoras ao longo da primeira parte de 2025, ciclo iniciado em meados de 2024 e terminado em meados de 2025, mais precisamente na reunião de 5 de junho (e que se seguiu ao ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que culminou em setembro de 2023), as taxas *Euribor* apresentaram descidas em 2025 (-69 pb nos 3 meses, -46 pb nos 6 meses e -22 pb nos 12 meses) e fecharam o ano em 2,026% nos 3 meses, 2,107% nos 6 meses e 2,243% nos 12 meses, evidenciando um reduzido diferencial entre os prazos.

As *yields* da dívida pública de referência apresentaram comportamentos mistos, tendo subido na Zona Euro, e com maior intensidade nos prazos mais longos, mas descido nos EUA e com maior intensidade nos prazos mais curtos. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos subiram 4 pb, para 2,122%, ao passo que nos 10 anos avançaram 49 pb, para 2,855%, com esta maior subida nos prazos mais longos a dever ter refletido a reação dos investidores ao plano de investimentos em defesa e infraestruturas apresentado pela Alemanha, que irá implicar, simultaneamente, mais necessidade de financiamento do país, mais inflação e mais crescimento económico, fatores que concorrem para níveis de *yields* mais elevados. Nos EUA, as *yields* desceram 77 pb nos 2 anos, para 3,473%, com os 10 anos a registarem também uma queda (-40 pb) para 4,167%, afastando-se do máximo, desde julho de 2007, verificado em 19 de outubro de 2023 (4,9898%).

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos favoráveis nos índices de CDS (Credit Default Swaps) em *investment grade* (o índice *Itraxx Cross-Over* desceu 75 pb, para os 243,8 pb, o *Itraxx Financials* 10 pb, para 54,2 pb, e o *Itraxx 9* pb, para 50,5 pb, com o *Itraxx Cross-Over* a fechar o ano em mínimos desde finais de 2021 e o *Itraxx* desde o início de 2022). Observou-se, igualmente, um comportamento favorável nos *spreads* das *yields* da dívida pública a 10 anos da maioria dos países do sul da Zona Euro, com a Itália a destacar-se pela positiva (-46 pb, para 70 pb), seguindo-se a Grécia (-27 pb, para 59 pb), Espanha (-26 pb, para 43 pb) e Portugal (-19 pb, para 29 pb), que continuou com um *spread* inferior ao de Espanha, encerrando o ano sensivelmente em mínimos desde fevereiro de 2008.

Também em França se assistiu a uma descida do mesmo *spread* (-12 pb, para 71 pb), mas fechando o ano em níveis acima dos países do sul da Zona Euro referidos, refletindo as preocupações com a sustentabilidade das

finanças públicas francesas e a crise política observada no país. A contribuir para o desagravamento dos *spreads* dos países do sul da Zona Euro estiveram, designadamente, a tendência de alívio das pressões inflacionistas e a resiliência das economias às medidas protecionistas impostas por Donald Trump (que, na sua generalidade, foram aliviando ao longo do ano), bem como a melhor performance daquelas economias comparativamente à economia alemã.

Os índices gerais de *commodities* registaram movimentos mistos, com o índice composto *CRB Index* a subir 0,7%, mas o *GSCI* a descer 0,2% (depois da subida de 2,6% em 2024), penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que caiu 15,9%), num contexto de diminuição dos preços do *brent* e do *WTI* (West Texas Intermediate) de 18,5% e 19,9%, respetivamente (os preços do gás na Europa recuaram 43,4%, após terem subido 56,5% em 2024 e recuado também 56,8% em 2023), e das agrícolas (-8,0%), sendo suportado pelo gado (+19,5%), pelos metais de base (+26,1%) e pelos metais preciosos [+70,6%; beneficiando das fortes valorizações da prata (+141,4%) e do ouro (+64,4%), este último atingindo novos máximos históricos].

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA 2026

Ao longo deste ano, as perspetivas de manutenção da tendência de gradual descida da inflação e de crescimento do emprego a nível global, bem como a continuação dos cortes nas taxas de juro dos EUA e a prevista estabilidade das taxas de referência na Zona Euro (o ciclo de descidas de taxas na Zona Euro deverá ter terminado com o corte efetuado em junho de 2025), tenderão a compensar o necessário aperto orçamental em alguns países, principalmente na Europa, esperando-se que a resiliência das principais economias se mantenha. Contudo, as expectativas de crescimento da economia global para este ano escondem divergências entre países e blocos económicos e continuam a estar rodeadas de uma elevada incerteza e riscos descendentes, destacando-se os relacionados com as tensões comerciais e o protecionismo observado desde 2025, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, na já mencionada atualização do WEO, em 19 de janeiro, o FMI identificou um conjunto de riscos que podem afetar negativa ou positivamente a atividade económica e a evolução dos preços nos próximos anos. Como principais fatores de risco desfavoráveis, o FMI destacou as potenciais revisões em baixa das expectativas de produtividade associadas à Inteligência Artificial (IA), que podem reduzir o investimento e desencadear correções abruptas nos mercados financeiros, com impactos sobre a riqueza das famílias. Acrescem os riscos de reacendimento das tensões comerciais e geopolíticas, capazes de gerar incerteza adicional, perturbar cadeias de abastecimento e provocar oscilações nos preços das matérias-primas, limitando o crescimento global. O FMI alerta, ainda, para os défices públicos elevados e dívida crescente, que podem pressionar as taxas de juro de longo prazo e agravar as condições financeiras, bem como a atividade económica.

Quanto aos riscos ascendentes, o FMI realçou que os investimentos relacionados com a IA devem acelerar e que poderão traduzir-se em ganhos de produtividade mais fortes e duradouros, contribuindo, assim, para um aumento do dinamismo empresarial e apoiando o crescimento económico. Por outro lado, o alívio sustentável das tensões comerciais também poderá reforçar a atividade global e facilitar um ambiente de preços mais estável. A combinação destes fatores poderá não apenas melhorar o desempenho económico, como também acelerar a convergência da inflação para os objetivos das principais autoridades monetárias.

A ofensiva militar dos EUA e de Israel contra o Irão, iniciada em 28 de fevereiro (não considerada nas previsões de janeiro do FMI) trouxe novos riscos ao contexto geopolítico global, com potenciais impactos, designadamente, nos mercados financeiros, no comércio internacional e nos preços da energia. Esta situação no Médio Oriente tenderá a trazer riscos descendentes sobre as perspetivas de crescimento económico e ascendentes para as

previsões da inflação à escala global, embora com os impactos a estarem, naturalmente, muito dependentes da duração do conflito e das disrupções no fornecimento e transporte de energia, em particular no Estreito de Ormuz, com impacto direto nos preços da energia, especialmente do petróleo e do gás natural.

A nível nacional, segundo a análise do BdP no seu último Boletim Económico de dezembro, os riscos em torno das projeções para a economia portuguesa apresentam-se descendentes para a atividade económica e equilibrados para a inflação. Os riscos descendentes identificados sobre a atividade são maioritariamente de origem externa. Mantém-se o risco de agravamento de tensões comerciais e geopolíticas, embora a concretização de acordos comerciais entre os EUA e vários parceiros comerciais, incluindo a União Europeia (UE), e algum progresso no conflito em Gaza, tenham contribuído para uma redução da incerteza [desde a publicação do BdP, os EUA intervieram na Venezuela para capturar o Presidente Nicolas Maduro, intensificaram a pressão sobre o regime iraniano e reforçaram as pretensões sobre a integração da Gronelândia nos EUA, a que acresce o conflito militar dos EUA e Israel contra o Irão].

Fonte: *GEEF-Research Macroeconómico, Setorial e de Mercados Financeiros (Banco Montepio)*

O FUNDO DE PENSÕES

O ano de 2025 decorreu num enquadramento de evolução dos mercados financeiros bastante exigente, marcado por elevada volatilidade, ajustamentos nas expectativas de crescimento económico e persistência de riscos geopolíticos relevantes. Este contexto coexistiu com uma evolução favorável dos mercados financeiros, sustentada, em larga medida, por uma maior previsibilidade do enquadramento macroeconómico e monetário ao longo do ano, refletida nos desempenhos expressivos registados pelos principais índices acionistas em termos anuais.

Os mercados acionistas registaram desempenhos diferenciados, alternando períodos de correção com fases de recuperação, enquanto os mercados obrigacionistas beneficiaram do novo enquadramento de política monetária, reforçando o seu papel enquanto instrumento de diversificação e estabilização das carteiras de ativos. Desta forma, o Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR finalizou o ano de 2025 com o montante global da carteira de ativos de 2.996.808,53€, tendo obtido uma rentabilidade nos últimos 12 meses, medida pela variação da cotação das unidades de participação, de 2,32%¹.



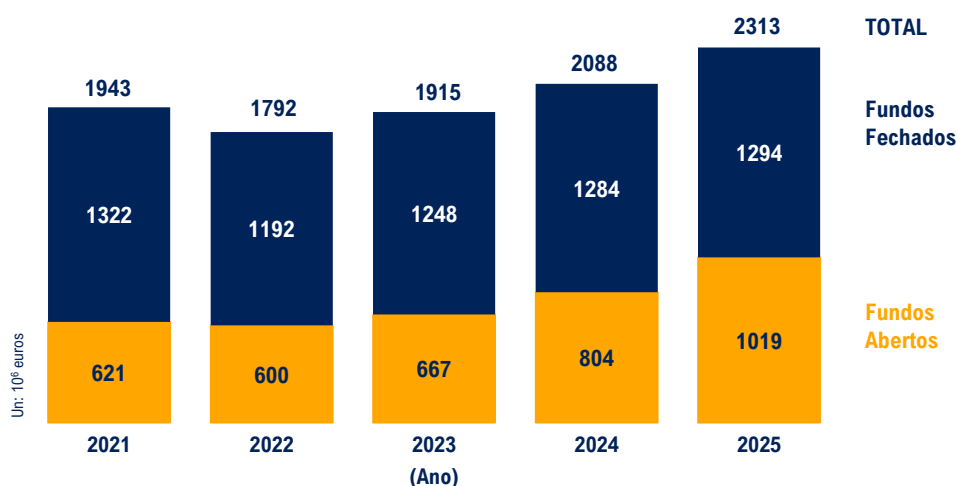
¹ Rentabilidade calculada com base na data de valorização das Unidades de Participação (UP). Assim, para cotação no início do período foi considerada a UP do final do ano 2024, isto é, a UP valorizada com as cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2024 e juros corridos contados até 1 de janeiro de 2025 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação). A UP considerada para o final de 2025 foi a UP valorizada com cotações dos ativos de 31 de dezembro de 2025 e juros corridos contados até 1 de janeiro de 2026 (dia imediatamente anterior à publicação da cotação).

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES

ATIVOS SOB GESTÃO E QUOTA DE MERCADO 2025

Em 2025, o valor de ativos sob gestão do mercado nacional dos Fundos de Pensões ultrapassou os 19.800 M€, o que representou um crescimento de 2,9% face a 2024.

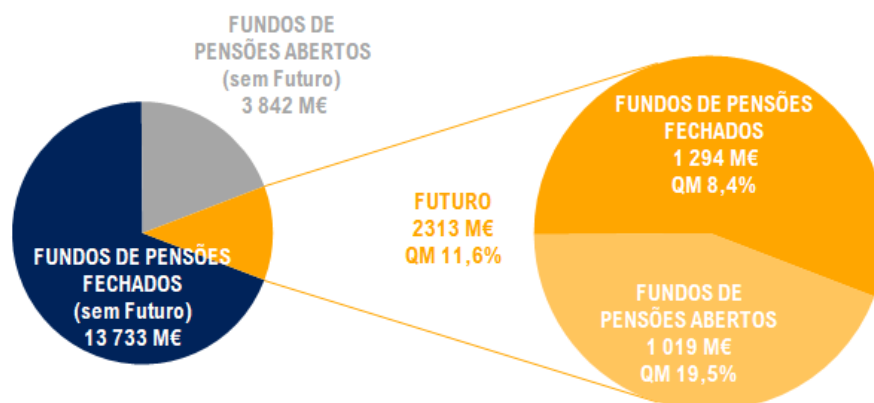
A Futuro terminou o ano com um volume de ativos sob gestão de 2.313 M€ e um crescimento global de 10,74%. Os Fundos de Pensões Fechados cresceram 0,74% e os Fundos de Pensões Abertos 26,7%.



A quota de mercado da Futuro subiu de 10,8% para 11,63%. A Futuro ocupa agora o 3.º lugar no conjunto de todas as Entidades Gestoras de Fundo de Pensões, tendo por base o volume de ativos sob gestão.

Salienta-se também que, de entre os vinte cinco maiores Fundos de Pensões do mercado, a Futuro tem sob sua gestão três desses Fundos: o Fundo de Pensões Montepio Geral, com uma quota de 4,1%, o Fundo de Pensões NAV SINCTA EPE, com uma quota de 1,4% e o Fundo PPR 5 ESTRELAS com uma quota de 1,4% e 283,6 milhões de euros de ativos sob gestão.

O Fundo PPR 5 ESTRELAS continuou a classificar-se como o maior Fundo PPR do mercado sob a forma jurídica de Fundo de Pensões.



Fonte: 2025 | ASF
Não inclui Seguros de Vida PPR nem FIM PPR

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A política de investimento do Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR, que esteve em vigor durante o ano de 2025, assenta em critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo, baseando-se em regras e procedimentos no sentido de prosseguir uma gestão no exclusivo interesse dos Participantes e de obter um rendimento adequado ao risco incorrido. A política de investimento tem ainda o objetivo de promover a maximização do retorno das aplicações, num quadro em que a estratégia seguida em matéria de afetação de ativos se encontra adequada ao nível de risco em que o Fundo se deve manter tendo em consideração o perfil de risco dos Participantes a que o mesmo se destina.

PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

Com as regras e restrições impostas pela política de investimento pretende-se promover a aquisição de ativos adequados e com liquidez suficiente que permitam gerar um fluxo de rendimentos constante e contribuir para o crescimento do Fundo, maximizando a rentabilidade e minimizando o risco.

O quadro abaixo resume as grandes linhas quanto às aplicações delineadas pela política de investimento seguida para o Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR em matéria de afetação de ativos, incluindo os limites de exposição.

EM 2025

| SEGMENTOS | 31 dez 2024 | 31 mar 2025 | 30 jun 2025 | 30 set 2025 | 31 dez 2025 | POLÍTICA DE INVESTIMENTOS |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------------------|
| | | | | | | Limites |
| Títulos de Rendimento Fixo | 80,82% | 80,10% | 84,47% | 85,32% | 84,83% | 60% - 100% |
| Investimentos Alternativos | - | - | - | - | - | 0% - 20% |
| Liquidez | 19,18% | 19,90% | 15,53% | 14,68% | 15,17% | 0% - 20% |
| TOTAL | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | |

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão da carteira teve ainda em consideração os seguintes pontos, estabelecidos no regulamento de gestão no artigo referente à “Definição e Implementação da Política de Investimento”:

- O Fundo poder investir em participações de organismos de investimento imobiliário (OII), num limite máximo de 20%, de acordo com a restrição prevista para a componente de investimentos alternativos. Não estar prevista a possibilidade de aquisição de terrenos ou de edifícios para a carteira de ativos do Fundo.
- O limite de investimento em organismos de investimento alternativo de índices que não façam uso do efeito de alavancagem ou os que se enquadrem no âmbito da alínea e) do n.º 1 do artigo 50.º da Diretiva n.º 2009/65/CE de 13 de julho, alterada pelas Diretivas n.º 2010/78/EU de 24 de novembro, n.º 2011/61/EU de 8 de junho e n.º 2013/14/EU de 21 de maio, ser de 5%.

Haver ainda a possibilidade de serem utilizados derivados, operações de reporte e empréstimos de valores, de acordo com a legislação em vigor e dentro dos limites legais com o objetivo de se proceder à cobertura do risco de investimento do Fundo e a uma adequada gestão do seu património.

CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS

O permanente controlo da composição da carteira de ativos, mantido no decurso do ano de 2025, teve como principal objetivo assegurar a adequação da exposição do Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR às regras e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais, bem como aos princípios gerais da política de investimento.

Em 31 de dezembro de 2025, a composição da carteira de ativos do Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR cumpria com a globalidade das restrições e limites legais de diversificação e dispersão prudenciais, bem como com a generalidade dos princípios gerais da política de investimento.

ESTRATÉGIA E ATUAÇÃO

POSICIONAMENTO E MOVIMENTOS REALIZADOS NA CARTEIRA

O Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR valorizou em 2025, mantendo a tendência positiva do ano anterior.

O ano acabou por ser particularmente volátil nas curvas de taxa de juro, muito pressionadas por: 1) evolução macroeconómica favorável no início do ano; 2) instabilidade em torno das novas tarifas recíprocas anunciadas pela Administração Trump; 3) preocupações fiscais dados elevados déficits em conjunto com o anúncio de planos de estímulo fiscal e infraestruturas; 4) uma deterioração económica na segunda metade do ano (dados de emprego a mostrarem alguma fraqueza), que levou a FED a proceder a 3 cortes, de 25 p.b., na taxa de juro de referência; 5) receios sobre a independência da FED dada elevada pressão de Trump sobre Powell e outros membros do Comité; 6) instabilidade política em França. No cômputo geral assistiu-se a movimentos inversos, com descida nas taxas juro nos EUA, enquanto na Europa o movimento foi de subida (sobretudo no primeiro trimestre), antecipando um aumento dos níveis de endividamento para financiar os planos de investimento no setor de defesa, assim como os planos de expansão fiscal para estimular a atividade económica no bloco. Ao nível dos *spreads*, e apesar de todos estes eventos, a tendência foi de compressão dos *spreads* de crédito para níveis historicamente baixos nos diferentes universos, com o mercado a procurar *yields* mais elevadas suportadas por fundamentais ainda relativamente sólidos.

Dado o perfil bastante conservador da estratégia, o impacto da subida das taxas ao longo do ano foi bastante marginal. Perfil mais enviesado para *carry* (rendimento regular) e alguma exposição nos segmentos de crédito contribuíram positivamente para a performance ao longo do ano.

Ao longo do ano a estratégia manteve-se inalterada, mantendo a preferência pela exposição em fundos de obrigações de curto prazo e fundos de obrigações de taxa variável com maturidades curtas.

PERSPETIVAS PARA 2026

Em 2026, antecipa-se um *soft landing* estável, compatível com uma aceleração gradual da atividade económica, ainda que se mantenha presente o risco de estagflação. Nos Estados Unidos, este enquadramento é suportado por condições financeiras favoráveis, pelo impulso decorrente dos avanços tecnológicos e por medidas de estímulo que continuam a reforçar a dinâmica económica. Na Europa, a recuperação é sustentada pelo aumento do rendimento real das famílias, pela progressiva melhoria dos níveis de confiança e pelo dinamismo do investimento empresarial.

A inflação deverá permanecer globalmente estável, embora com maior pressão nos EUA, onde a Reserva Federal demonstra disponibilidade para tolerar alguma persistência inflacionista com o objetivo de salvaguardar a robustez do mercado de trabalho. Na União Europeia, a conjugação de forças de sentido descendente e ascendente resulta num equilíbrio que justifica a manutenção de uma postura prudente por parte da política monetária.

Neste contexto, a orientação das políticas monetárias aproxima-se de níveis neutrais, com a Reserva Federal a concluir o ciclo de reduções das taxas diretas, enquanto o Banco Central Europeu deverá manter-se em *stand-by* após a consolidação da meta de inflação de 2%. Em paralelo, as taxas soberanas da área euro deverão

continuar ancoradas no rendimento corrente, ainda que as expectativas de subida e de inclinação da curva — impulsionadas pela resiliência económica e pela expansão orçamental — possam limitar o potencial de valorização adicional.

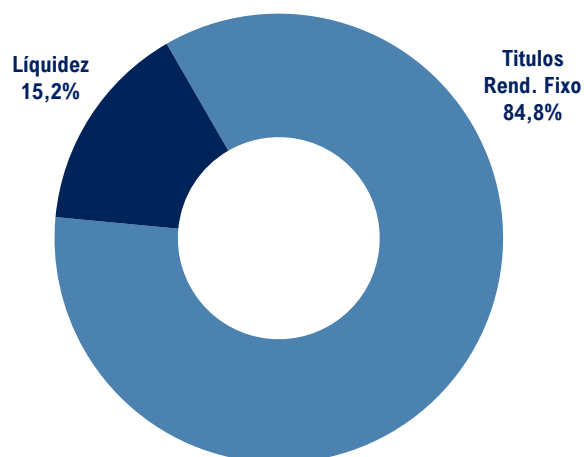
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Num enquadramento ainda marcado por incertezas geopolíticas, pela normalização gradual da política monetária e por medidas comerciais mais restritivas, no ano de 2025 os mercados financeiros evidenciaram uma notória capacidade de adaptação, refletindo um equilíbrio entre riscos persistentes e sinais de estabilização económica.

ESTRUTURA DA CARTEIRA

31 DE DEZEMBRO DE 2025

| Segmento | VALOR | % |
|----------------------|-----------------------|----------------|
| Titulos Rend. Fixo | 2 542 238,46 € | 84,83% |
| Invest. Alternativos | - € | 0,00% |
| Liquidez | 454 570,07 € | 15,17% |
| TOTAL | 2 996 808,53 € | 100,00% |



O investimento do Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR é composto, maioritariamente, nas diferentes classes de ativos que não a Liquidez, por participações em Organismos de Investimento Coletivo (OIC).

RISCOS MATERIAIS

Considerando a política de investimento definida para o Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR, este encontra-se sujeito a diferentes fatores de risco relacionados quer com o investimento em ações, quer com o investimento em títulos de rendimento fixo, incorrendo designadamente no risco de variação do preço desses ativos, risco de crédito do emitente, risco de variação da taxa de juro ou risco de *spread*, associado à volatilidade dos *spreads* de crédito. Também os ativos denominados em moeda estrangeira incorporam o risco originado pela volatilidade da taxa de câmbio da sua moeda base face ao euro (risco cambial). A carteira incorre igualmente em riscos relacionados com exposição geográfica e sectorial.

Em relação à utilização de instrumentos derivados, a Futuro tem considerado não ser necessário recorrer a técnicas de cobertura de risco, designadamente mediante utilização de produtos derivados ou coberturas cambiais, adotando em alternativa uma diversificação de ativos que se considera ser adequada, sem necessidade de incorrer em custos com a utilização dos referidos instrumentos.

Para verificação do nível de risco incorrido em cada carteira, nomeadamente, o risco dos ativos que a compõem, a Futuro utiliza diversas medidas estatísticas e financeiras, como sejam, a *duration*, a monitorização das notações de *rating* das emissões de dívida em carteira, bem como a metodologia *VaR (Value at Risk)*, *tracking error* e *informaton ratio*.

ANÁLISE VAR (VALUE AT RISK)

| PPR BIG Conservador Em termos absolutos (€) | 31-dez-25 | | 31-dez-24 | |
|--|----------------|-------|----------------|-------|
| Mark-to-Market (Total da Carteira) | 2 996 808,53 € | % | 2 688 216,15 € | % |
| VaR Global (1 ano) | 167 664,95 € | 5,59% | 125 175,54 € | 4,66% |
| VaR Mercado | 28 980,05 € | 0,97% | 0,00 € | 0,00% |
| Risco Taxa de Juro | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Risco de Variação de Preços com Ações | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Risco Imobiliário | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Risco de Spread | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| Risco Cambial | 28 980,05 € | 0,97% | 0,00 € | 0,00% |
| Risco de Concentração | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € | 0,00% |
| VaR Crédito | 158 055,26 € | 5,27% | 125 175,54 € | 4,66% |

Nota:

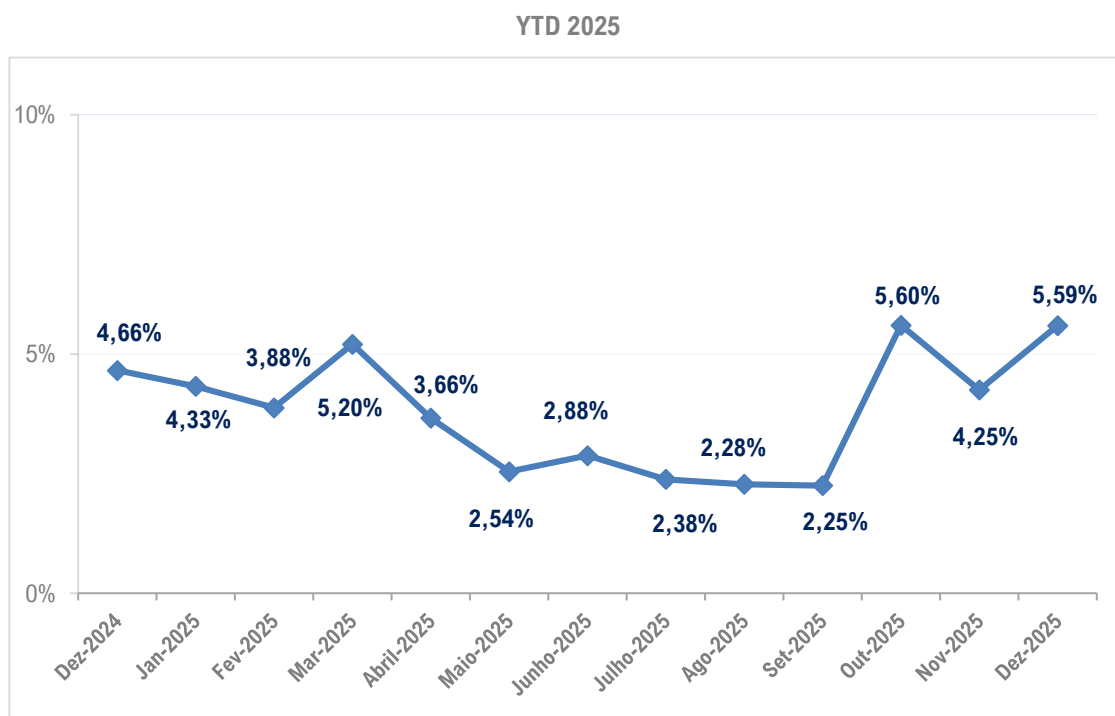
Define-se como base para esta metodologia, a perda potencial máxima do Fundo, considerando-se no seu cálculo um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano.

No VaR de Crédito apenas se analisa o risco creditício das entidades onde se encontram os depósitos, dado que o risco de crédito das emissões de dívida é analisado no Risco de Spread.

O valor do VaR Global a 1 ano do Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR, no final do ano de 2025, era de 167.664,95€, correspondendo a 5,59% do valor do Fundo. Em relação a dezembro de 2024, o VaR Global a 1 ano aumentou de 4,66%.

O VaR de Mercado da carteira, que avalia o *Risco de Taxa de Juro*, o *Risco de Variação de Preços com Ações*, o *Risco com Imobiliário*, o *Risco de Spread*, o *Risco Cambial* e o *Risco de Concentração*, aumentou, em relação a 2024, resultado do *Risco Cambial*. O VaR de Crédito da carteira aumentou, tendo subido de 4,66% em 2024, para 5,27% em dezembro de 2025.

EVOLUÇÃO VALUE AT RISK



SUSTENTABILIDADE

O Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (geralmente designado “*Sustainable Finance Disclosure Regulation*” – “SFDR”), veio estabelecer regras de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado financeiro, relativamente a matérias sobre sustentabilidade dos produtos e serviços financeiros por estes produzidos e comercializados.

Em conformidade com o disposto no Artigo 7.º do Regulamento (UE) 2020/852 “Os investimentos subjacentes aos OIC que constituem Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.”

A incorporação de fatores ambientais, sociais e de governação nos mecanismos de análise e seleção de estratégias é uma prática incorporada na filosofia de investimento e que deverá ser progressivamente considerada como um pilar de gestão e seleção de ativos que compõem a carteira. A estratégia de gestão implementada pretende assegurar que no processo de seleção de investimentos se agreguem critérios financeiros tradicionais a aspetos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ESG) tentando promover a sustentabilidade do mercado, no médio/longo prazo. Na seleção das estratégias de investimento que compõem a alocação da carteira é avaliado o uso de informação ESG para gerar valor acrescentado e atenta-se aos processos de integração de fatores ESG e às práticas na utilização das posições detidas (voto e compromisso) no seu processo de investimento e processo de tomada de decisão. Considera-se que os fatores ESG são integrados pelos gestores no processo de investimento pelo facto de poderem ter impacto na receita, custos operacionais, vantagem competitiva e custos de capital.”.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima
Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto
Nuno Augusto Pereira Coelho
João António Morais da Costa Pinto
José Mendes Alfaia



| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

POSIÇÃO FINANCEIRA

Fundo PPR BIG CONSERVADOR DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

| ATIVO | Notas | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
|--|-------|-----------------------|-----------------------|
| INVESTIMENTOS | | | |
| Terrenos e edifícios | | - € | - € |
| Instrumentos de capital e unidades de participação | | 2 637 237,00 € | 2 265 420,57 € |
| Títulos de dívida pública | | 99 922,00 € | 218 510,80 € |
| Outros títulos de dívida | | - € | - € |
| Empréstimos concedidos | | - € | - € |
| Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI | | 263 402,60 € | 208 607,81 € |
| Outras Aplicações | | - € | - € |
| | 6 | 3 000 561,60 € | 2 692 539,18 € |
| OUTROS ATIVOS | | | |
| Devedores | | | |
| Entidade gestora | | - € | - € |
| Estado e outros entes públicos | | - € | - € |
| Depositários | | - € | - € |
| Associados | | - € | - € |
| Participantes e beneficiários | | - € | - € |
| Outras entidades | 7 | - € | - € |
| | | - € | - € |
| Acréscimos e diferimentos | 8 | 174,84 € | 146,83 € |
| Total do Ativo | | 3 000 736,44 € | 2 692 686,01 € |
| PASSIVO | | | |
| Credores | | | |
| Entidade gestora | | 2 912,93 € | 2 645,67 € |
| Estado e outros entes públicos | | 151,51 € | 207,96 € |
| Depositários | | - € | - € |
| Associados | | - € | - € |
| Participantes e beneficiários | | - € | - € |
| Outras entidades | 7 | 863,47 € | 1 616,23 € |
| | | 3 927,91 € | 4 469,86 € |
| Acréscimos e diferimentos | 8 | - € | - € |
| Total do Passivo | | 3 927,91 € | 4 469,86 € |
| VALOR DO FUNDO | | 2 996 808,53 € | 2 688 216,15 € |
| VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO | | 10,3918 € | 10,1563 € |

25 de março de 2026

Contabilista Certificado nº13531

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

| Fundo PPR BIG CONSERVADOR | | | |
|---|-------|---------------------|---------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | | | |
| | Notas | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
| Contribuições | 1 | 539 873,59 € | 415 839,85 € |
| Pensões, capitais e prémios únicos vencidos | 2 | 293 659,12 € | 329 795,61 € |
| Ganhos líquidos dos investimentos | 3 | 70 224,44 € | 94 324,65 € |
| Rendimentos líquidos dos investimentos | 4 | 5 571,44 € | 5 494,17 € |
| Outros rendimentos e ganhos | 4 | - € | - € |
| Outras despesas | 5 | 13 417,97 € | 12 367,74 € |
| Resultado líquido | | 308 592,38 € | 173 495,32 € |

25 de março de 2026

Contabilista Certificado nº13531

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

| Fundo PPR BIG CONSERVADOR DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA | | |
|--|-----------------------|----------------------|
| | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Contribuições: | | |
| Associados | - € | - € |
| Participantes | 525 149,85 € | 230 250,00 € |
| Beneficiários | - € | - € |
| Transferências: | | |
| De fundos de pensões | 14 723,74 € | 185 589,85 € |
| Capitais vencidos: | | |
| Remições | - € | - € |
| Vencimentos | 62 845,10 € | 67 671,09 € |
| Transferências: | | |
| Para fundos de pensões | 192 908,34 € | 60 244,44 € |
| Reembolsos fora das situações legalmente previstas | 37 905,68 € | 201 880,08 € |
| Remunerações: | | |
| De gestão | 10 709,97 € | 9 902,62 € |
| De depósito e guarda de ativos | - € | - € |
| Outros rendimentos e ganhos | 1 194,59 € | - € |
| Outras despesas | 3 249,95 € | 2 090,83 € |
| Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais | 233 449,14 € | 74 050,79 € |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| RECEBIMENTOS: | | |
| Alienação / reembolso dos investimentos | 364 735,19 € | 344 475,23 € |
| Rendimentos dos investimentos | 5 543,43 € | 7 229,07 € |
| PAGAMENTOS: | | |
| Aquisição de investimentos | 548 861,81 € | 396 126,57 € |
| Comissões de transação e mediação | 71,16 € | 220,36 € |
| Outros gastos com investimentos | - € | - € |
| Fluxo Líquido das Atividades de Investimento | - 178 654,35 € | - 44 642,63 € |
| Variações de caixa e seus equivalentes | 54 794,79 € | 29 408,16 € |
| Efeitos de alterações da taxa de câmbio | - € | - € |
| Disponibilidades no início do período | 208 607,81 € | 179 199,65 € |
| Disponibilidades no fim do período | 263 402,60 € | 208 607,81 € |

25 de março de 2026

Contabilista Certificado nº13531

Conselho de Administração

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é um fundo de pensões aberto e apenas permite adesões individuais. Tem um património autónomo, tendo como objetivo conceder pensões de reforma aos participantes, podendo ainda conceder reembolsos antecipados. Foi autorizado em 21 de setembro de 2017 e a sua comercialização teve início em 30 de janeiro de 2018.

A sua carteira poderá ser constituída por títulos de rendimento fixo com maturidades entre 1 e 3 anos, investimentos alternativos e por depósitos em instituições de crédito. O **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** é gerido pela Futuro, SA.

As demonstrações financeiras do fundo reportam-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 e foram preparadas de acordo com o disposto regulamentar nº 7/2010 - R de 4 de junho, o qual atende aos princípios gerais estabelecidos na International Accounting Standard (IAS) 1, nomeadamente os de apresentação apropriada, continuidade, regime contabilístico do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, compensação e informação comparativa.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O **Fundo de Pensões** tem o registo dos rendimentos e das despesas de acordo com o princípio da especialização do exercício pelo qual os rendimentos e as despesas são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes rendimentos ou despesas são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

CONTRIBUIÇÕES

As contribuições efetuadas para o **Fundo** são reconhecidas quando recebidas.

REEMBOLSOS PAGOS

As pensões e reembolsos são reconhecidas no momento em que são devidas, sendo este momento, em regra, o mesmo em que ocorre o seu pagamento.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O critério de valorização dos ativos é o seguinte:

Instrumentos de Dívida

a. Valores Mobiliários Cotados

Os valores mobiliários admitidos à cotação ou à negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores.

b. Valores Mobiliários não Cotados

Os valores representativos de dívida não cotados, ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como a *Bloomberg* ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora.

c. Ativos a deter até à Maturidade

Baseia-se no respetivo valor de reembolso e na respetiva taxa efetiva de capitalização (nas situações de manutenção dos títulos até à maturidade).

d. Momento de Referência

O momento de referência para as colocações disponibilizadas pelas Bolsas é as 17h00 do dia da valorização.

Instrumentos de Capital

Na valorização dos instrumentos de capital é utilizado o preço de fecho do respetivo mercado ou a cotação disponível à hora de referência.

COMISSÕES

COMISSÕES DE GESTÃO

A comissão de gestão corresponde à remuneração da entidade gestora, cobrada ao **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** pela gestão financeira, técnica e administrativa do **Fundo**. O cálculo da comissão resulta da aplicação da percentagem definida no Regulamento de Gestão sobre o valor do **Fundo** apurado diariamente.

COMISSÕES DE BANCO DEPOSITÁRIO

Neste Fundo não há lugar ao pagamento de comissão de banco depositário.

REGIME FISCAL

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os fundos de pensões e equiparáveis são isentos de:

- i. IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos fundos de pensões e equiparáveis e,
- ii. Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

De acordo com o artigo 88º do Código do IRC, alínea 11, os lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total são tributados à taxa de 23% se as ações a que correspondem os lucros não tenham permanecido em carteira, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação do dividendo e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

TRANSAÇÕES COM ASSOCIADO

N/A

NOTA 1 - CONTRIBUIÇÕES

| | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
|--|---------------------|---------------------|
| Contribuições | | |
| Associados | - € | - € |
| Participantes | 525 149,85 € | 230 250,00 € |
| Beneficiários | - € | - € |
| Transfª de outros fundos pensões/seguros | 14 723,74 € | 185 589,85 € |
| Total Contribuições | 539 873,59 € | 415 839,85 € |

Na rubrica Contribuições, é apresentada a desagregação correspondente por tipo de contribuição efetuada no ano de 2025, observando-se um incremento significativo nas entradas dos participantes.

NOTA 2 - BENEFÍCIOS PAGOS

| | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
|--|---------------------|---------------------|
| Pensões, Capitais e Prémios Únicos Vencidos | | |
| Reembolsos | 100 750,78 € | 269 551,17 € |
| Encargos inerentes ao pagamento pensões | - € | - € |
| Transfª para outros fundos pensões/seguros | 192 908,34 € | 60 244,44 € |
| Total Pensões | 293 659,12 € | 329 795,61 € |

Nestas rubricas, que totalizam 293.659,12€, está refletida a respetiva desagregação por tipo de benefício pago no ano de 2025, destacando-se um aumento substancial nas transferências para outros fundos em comparação com o ano anterior, enquanto os reembolsos apresentaram um decréscimo considerável.

NOTA 3 - GANHOS LÍQUIDOS DOS INVESTIMENTOS

| | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
|--|--------------------|--------------------|
| Ganhos Líquidos dos Investimentos | | |
| Instrumentos de capital e unidades de participação | 65 498,83 € | 86 258,77 € |
| Títulos de dívida pública | 4 725,61 € | 4 565,88 € |
| Outros títulos de dívida | - € | 3 500,00 € |
| Outras Aplicações | - € | - € |
| Total ganhos / perdas | 70 224,44 € | 94 324,65 € |

O resultado das aplicações realizadas no ano de 2025 foi positivo, alcançando 70.224,44€, com ganhos em todos os segmentos, decorrentes da variação dos mercados ao longo do ano. No entanto, não foi suficiente para alcançar o resultado do ano anterior.

NOTA 4 - RENDIMENTOS

| | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
|--|-------------------|-------------------|
| Rendimentos | | |
| Instrumentos de capital e unidades de participação | 3 850,45 € | 2 106,85 € |
| Títulos de dívida pública | - € | - € |
| Outros títulos de dívida | - € | 1 677,63 € |
| Depósitos em instituições de crédito | 1 720,99 € | 1 709,69 € |
| Total Rendimentos Líquidos | 5 571,44 € | 5 494,17 € |
| Outras receitas | - € | - € |
| Total Rendimentos | 5 571,44 € | 5 494,17 € |

O total de 5.571,44€ reflete os valores efetivamente recebidos e por receber à data de 31 de dezembro pelo **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** relativamente aos vários rendimentos obtidos nas aplicações efetuadas em ações, unidades de participação, obrigações e em depósitos.

NOTA 5 – OUTRAS DESPESAS

| | 31/dez/2025 | 31/dez/2024 |
|--------------------------|--------------------|--------------------|
| Comissões de gestão fixa | 10 977,23 € | 10 068,95 € |
| Comissões de custódia | - € | - € |
| Despesas bancárias | 265,35 € | 275,75 € |
| Taxa A.S.F. | 252,07 € | 110,52 € |
| Impostos | 439,16 € | 401,92 € |
| Custos de auditoria | 1 484,16 € | 1 510,60 € |
| Outras despesas | - € | - € |
| Total Despesas | 13 417,97 € | 12 367,74 € |

Neste quadro, é possível observar a distribuição dos Custos/Despesas pelas diversas rubricas do Balancete, com um ligeiro acréscimo em quase todas as rubricas comparativamente ao ano anterior.

NOTA 6 - INVENTÁRIO

| Descrição | Moeda | ISIN | Quantidade/ Montante | Valor Custo | Valor Mercado | Juro | Total Carteira |
|---|-------|--------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|------------|-----------------------|
| NORDEA1 LOWDUR EURCB | EUR | LU1694214633 | 6 392,00 | 703 852,65 | 731 809,67 | 0,00 | 731 809,67 |
| AMUNDI CRT 1-3 EUR-P | EUR | FR0010721407 | 2 297,00 | 310 835,65 | 317 927,77 | 0,00 | 317 927,77 |
| DEUT INV I SH-DUR NC | EUR | LU0236146006 | 2 490,00 | 309 673,20 | 317 773,80 | 0,00 | 317 773,80 |
| BGF SHORTDUR BONDEE2 | EUR | LU0093504115 | 30 202,00 | 425 256,94 | 436 116,88 | 0,00 | 436 116,88 |
| DWS USD FLT RATE NTS | EUR | LU0034353002 | 4 762,00 | 433 884,48 | 442 104,08 | 0,00 | 442 104,08 |
| NATIX-LSSTEMKTBDRA/\$ | USD | LU0980585243 | 1 337,03 | 145 614,94 | 144 900,24 | 0,00 | 144 900,24 |
| AMUNDI BTP GV 1-3Y | EUR | LU1598691050 | 1 453,00 | 151 315,42 | 151 606,02 | 0,00 | 151 606,02 |
| Natixis Invest.ManIn | EUR | FR0007075122 | 7,00 | 92 758,40 | 94 998,54 | 0,00 | 94 998,54 |
| Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | 2 573 191,68 € | 2 637 237,00 € | - € | 2 637 237,00 € |
| PORTB 0% 16/01/2026 | EUR | PTPBDTGE0061 | 100 000,00 | 97 808,97 | 99 922,00 | 0,00 | 99 922,00 |
| Títulos de dívida pública | | | | 97 808,97 € | 99 922,00 € | - € | 99 922,00 € |
| DEPOSITOS ORDEM | EUR | | | | 263 402,60 | | 263 402,60 |
| Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI | | | | | 263 402,60 € | - € | 263 402,60 € |

NOTA 7 – OUTRAS ENTIDADES

Nesta rubrica encontram-se os valores referentes a transações a liquidar em 2026, no montante de 863,47€ no Passivo (Compras, Imposto de Selo, Responsabilidade para com Terceiros e Custos com Auditoria).

NOTA 8 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Na rubrica de Acréscimos e diferimentos, no Ativo os valores dizem respeito a juros corridos, no montante de 174,84€.

GESTÃO DE RISCO

EXPOSIÇÃO E ORIGEM DOS RISCOS

Como resultado da política de investimento adotada, o **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** está exposto a diversos tipos de risco, que refletem o risco implícito dos ativos que constituem a carteira do **Fundo de Pensões**:

RISCO DE MERCADO

Reflete diferentes fatores de risco relacionados com o investimento em ações, onde a variação dos preços dos ativos é normalmente mais acentuada (sensibilidade da carteira a variações no mercado de ações). Igual condição está subjacente ao preço dos imóveis/imobiliário, embora a variação de preços destes não seja tão volátil. A classe de ativos de taxa de juro também é outro dos focos de risco, resultado das flutuações das taxas de juro ou dos *spreads* de créditos bem como pelo risco de crédito associado ao emitente. O investimento em ativos em moeda estrangeira incorpora o denominado risco cambial, originado pela volatilidade da taxa de câmbio face ao euro. Por fim, o conjunto dos investimentos efetuados poderá potenciar o risco de concentração aos mais diversos níveis, como por exemplo por contraparte ou por nível de *rating*.

RISCO DE CRÉDITO

Conforme definido pela Norma Regulamentar n.º 6/2024-R, da ASF, trata-se do “risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais o Fundo está exposto, bem como dos seguradores e outros devedores que com ele se relacionam”. No âmbito do modelo da *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), a aplicabilidade deste risco está relacionada com as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e com os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread* (ex: *sponsor support*, seguros, titularizações, derivados e depósitos bancários).

Pelo efeito das alterações aos *credit spreads* dos instrumentos de dívida, o risco de crédito está implicitamente associado ao risco de *spread*, já que se trata do prémio de risco adicional que o mercado exige ao emitente face a outro ativo sem risco, para assumir a exposição de crédito, sob o risco de o emitente não apresentar capacidade financeira para cumprir com as suas responsabilidades.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco que advém de a possibilidade do fundo de pensões não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos fluxos monetários necessários ao cumprimento dos compromissos assumidos. Também entendido como a capacidade de tornar líquida em mercado, a posição detida em ativos, com a maior rapidez e com menor impacto possível, ao nível dos resultados realizados, face ao que seria expectável mantendo as posições em carteira, e de modo a gerar liquidez suficiente e necessária face às responsabilidades assumidas para com os beneficiários à medida que se vençam. Consequência da política de investimento adotada existe o risco de haver

uma eventual dificuldade na venda de alguns dos ativos do Fundo. A entidade gestora procura gerir da melhor forma o seu portfólio para que não haja escassez de liquidez.

OBJETIVOS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE RISCOS

A integração das políticas e estratégias do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno passou pela adoção de uma política específica que consiste em manter uma cultura de orientação para o risco com repercussão em toda a estrutura organizacional da Futuro e com especial incidência ao nível das responsabilidades do órgão de administração e dos diretores de topo, estabelecendo os princípios que norteiam a definição das políticas, dos procedimentos e dos respetivos controlos.

Considerando as disposições delineadas na política de investimento do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** relativas à exposição aos diversos riscos e às diferentes disposições legais é monitorizado diariamente o controlo desses limites, através da emissão de um relatório “limites legais e investimentos excedidos”. O relatório é então analisado detalhadamente para que se decida se há motivos para atuar face aos limites excedidos.

Posteriormente, a gestão de risco monitoriza o efeito das medidas adotadas e o seu impacto na política de investimento. Simultaneamente são também monitorizados os níveis de exposição aos limites legais e prudenciais que regulamentam o Fundo.

Para além da verificação do cumprimento da política de investimento e dos limites legais e prudenciais, a Futuro efetua o controlo e a monitorização do fundo recorrendo a diversas medidas de risco e a um conjunto de procedimentos internos que visam manter a gestão sã e prudente do risco.

O modelo de Gestão de Risco utilizado é fundamentado na perspetiva técnica dos estudos “QIS Fundos de Pensões” da EIOPA. O desenvolvimento de indicadores de tolerância para este modelo permite monitorizar as variações desses indicadores, de acordo com a política de investimento definida para o Fundo.

A monitorização do risco de mercado assenta no cálculo do *VaR*, com um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano. Dado o *VaR* não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *stress tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira.

A avaliação do nível de liquidez da componente acionista e obrigacionista do Fundo é feita através de um *liquidity test*. No caso das ações, esta análise é feita em número de dias para liquidar, tendo em conta os ativos em carteira. Este teste consiste na verificação do grau de liquidez do segmento acionista, avaliando quantos dias são necessários para a sua liquidação no mercado, tendo em conta os custos associados a essas transações e o volume médio histórico das transações nos diversos mercados.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE, MÉTODOS E PRESSUPOSTOS USADOS

RISCO GLOBAL

No final de 2025, o **VaR Global a 1 ano** do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** era de **167.664,95€**. Considerando o risco dos investimentos subjacentes e as respetivas correlações, esta medida permite ter 99,5% de confiança de que a variação do valor do Fundo ao longo de um ano não resultará numa perda superior àquele montante. Ou seja, existe 0,5% de probabilidade de que o Fundo possa desvalorizar mais do que 5,59% no período de um ano.

| <i>Value-at-Risk</i> | Valor | % | Total Ativos em análise |
|---|-----------------------|--------------|-------------------------|
| Mark-to-Market (Total da Carteira) | 2 996 808,53 € | | |
| Risco Global | 167 664,95 € | 5,59% | |
| Risco de Mercado | 28 980,05 € | 0,97% | |
| Risco Taxa de Juro | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| Risco de Variação de Preços com Ações | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| Risco Imobiliário | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| Risco de Spread | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| Risco Cambial | 28 980,05 € | 0,97% | 144 900,24 € |
| Risco de Concentração | 0,00 € | 0,00% | 2 542 238,46 € |
| Risco com Produtos Derivados | 0,00 € | 0,00% | 0,00 € |
| Risco de Crédito | 158 055,26 € | 5,27% | 263 402,60 € |

RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado resulta do nível de volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros. A exposição ao risco é medida através da aplicação de choques aos preços das ações, taxas de juro, preços de imobiliário e taxas de câmbio.

As perdas potenciais dos sub-riscos correlacionados e que correspondem ao total do **VaR de Mercado** no final do ano eram de **28.980,05€**.

RISCO DE TAXA DE JURO

Este risco é medido através da aplicação de choques de subida e descida da taxa de juro ao longo da Estrutura Temporal de Taxa de Juro (ETTJ) e conseqüente impacto no ativo/passivo do Fundo.

A ETTJ é disponibilizada pela EIOPA mensalmente e corresponde à média das *risk free yields curves* de cada país da União Europeia (moeda euro) e da *risk free yield* dos Estados Unidos para o dólar. A aplicação destes choques varia consoante a maturidade dos ativos e a sua duração.

No final do ano, o risco de taxa de juro era de 0,00€/ano, pois a exposição era efetuada através de fundos de investimento mobiliários.

RISCO DE VARIAÇÃO DE PREÇOS COM AÇÕES

Relaciona o risco das ações com a volatilidade dos mercados, utilizando índices de referência para verificar a sensibilidade da carteira a variações no mercado. O risco acionista foi associado a duas categorias:

- i. Global – ações cotadas em mercados regulamentados de países membros Área Económica Europeia (EEA) ou da OCDE;
- ii. Outros – ações cotadas em mercados regulamentados que não sejam membros da EEA ou da OCDE, ações não cotadas, *commodities* e investimentos alternativos;

Os fatores de stress a aplicar foram calibrados a partir dos dados históricos do MSCI *World Developed Price index* para as ações globais e de quatro índices representativos da categoria 2 (LPX50 *Total Return*, S&P GSCI TR, HFRX *Global Hedge Fund* e MSCI *Emerging Markets BRIC*), sendo os cenários de choque a aplicar para cada uma das categorias 41,8% e 51,8%, respetivamente.

Em dezembro o risco de variação de preços com ações era de 0,00€ para o período de um ano, pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

RISCO DE VARIAÇÃO DE PREÇOS COM IMOBILIÁRIO

O risco imobiliário está relacionado com o nível de volatilidade de preços dos imóveis. A aplicação de choques para os imóveis foi calibrada em 25%, que corresponde ao VaR a 99,5%, ou seja, simula-se o impacto imediato no valor de mercado dos ativos, tendo em conta as exposições diretas e indiretas.

A calibragem de 25% foi determinada pela EIOPA através da análise de dados históricos do índice *Investment Property Databank* (IPD), que agrega dados recolhidos de investidores institucionais, empresas imobiliárias e fundos de investimento.

A sensibilidade do fundo à variação de preços com imobiliário corresponde ao VaR de 0,00€ para o período de um ano, pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

RISCO DE CRÉDITO (*SPREAD*)

O risco de *spread* é explicado pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre a estrutura de taxa de juro sem risco, o que reflete as mudanças em valor para movimentações da curva de crédito relativamente à taxa de juro sem risco.

O impacto de subida dos *spreads* de crédito é resultado da aplicação de um fator definido em função da classe de *rating* do emitente do ativo e da sua duração.

Tal como no sub-módulo de risco de taxa de juro, a Futuro analisa o risco de *spread* para dois tipos de obrigações: taxa fixa e taxa indexada, sendo que neste modelo não é exigido qualquer requisito de capital à exposição a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Em dezembro o impacto do Risco de *Spread* seria de 0,00€ pelo facto de não existirem na carteira este tipo de ativos.

RISCO CAMBIAL

Considerando que o valor dos ativos expressos em moeda fora do euro pode alterar face a oscilações cambiais, o cálculo do VaR permite medir a valorização ou a desvalorização das várias moedas de investimento face à moeda de referência. Aplicando choques de valorização e desvalorização cambial (+25% e -25%), será possível calcular o VaR global do risco cambial. A calibragem destes choques foi efetuada com base nas taxas de câmbio face ao euro, de um cabaz composto por diferentes moedas, representativas de 6 economias em 16 cenários com diferentes exposições cambiais. Os dados históricos utilizados para a calibragem dos choques referem-se ao período de 1971-2009.

| Risco Cambial | | | | 28 980,05 € | 0,97% |
|--------------------------|--|---|---|--|--|
| Moeda | Soma Valor Mercado em EUR SMV _i | Soma Valor Mercado em EUR após choque positivo SMV _i | Soma Valor Mercado em EUR após choque negativo SMV _i | Capital necessário para choque positivo Risco ^{up} _{cmb} | Capital necessário para choque negativo Risco ^{down} _{cmb} |
| USD | 144 900,24 € | 193 200,32 € | 115 920,19 € | -48 300,08 € | 28 980,05 € |
| SEK | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| CHF | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| GBP | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| JPY | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| DKK | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| NOK | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| BRL | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € |
| Ativos em análise | | | | | 144 900,24 € |

Pressuposto:

Choque de valorização e desvalorização cambial de +25% e -25%.

A perda máxima no horizonte temporal de um ano para a variação cambial em análise era de 28.980,05€, o que representa 0,97% do valor total do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

O cálculo do risco de concentração é feito no âmbito da concentração por contraparte – Grupo Económico, atendendo a fatores como a qualidade creditícia da contraparte e aos limites de concentração por *rating*.

Os OIC's, na composição das suas carteiras, também contêm risco de concentração, assim, a análise destes é feita numa perspetiva *look-through*, desde que a exposição a esses OIC's individualmente ultrapassar os 3%.

A calibragem do risco de concentração foi efetuada, com o pressuposto de um portfólio de ativos médio de 20% em ações e 80% em obrigações. Nestas 25% serão sem risco (dívida soberana com nível de *rating* AAA) e 75% as restantes. Os 20% em ações replicam a rendibilidade do índice Eurostoxx 50 (série históricas de preços no período de 1993-2009). Tal como no risco de *spread*, também neste sub-módulo se excluem as exposições a títulos de governos ou bancos centrais da EEA, ou por estes garantidos.

Risco Concentração

0,00 €

0,00%

| Risco Concentração | Exposição por Grupo Económico | Risco ² _{conc} |
|--|-------------------------------|------------------------------------|
| Standard | 0 | - |
| Solvência II sem rating; Instituições Financeiras e de Crédito | 0 | - |
| Obrigações com garantia | 0 | - |
| Imóveis | 0 | - |
| Gov. não membros EAA | 0 | - |
| Total | 0 | 0,00 € |
| Ativos em análise | | 2 542 238,46 € |

Pressuposto:

Choque nos ativos tendo em conta fatores como a qualidade creditícia da contraparte e os limites de concentração por rating.

A análise de sensibilidade considerando os parâmetros definidos, não resulta em nenhum risco.

RISCO DE CRÉDITO

Na vertente de risco de crédito são consideradas as entidades com as quais são celebrados contratos de mitigação de risco e os emitentes dos ativos financeiros expostos ao risco de crédito que não foram incluídos no sub-módulo do risco de *spread*.

Os tipos de exposição considerados para este efeito estão divididos em dois tipos:

- Exposições que não sendo diversificadas, a contraparte tem notação de crédito;
- Exposição que podendo habitualmente ser diversificadas, a contraparte não tem notação de crédito;

Tendo em conta estes pressupostos e face à carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR**, apenas foi tida em conta para esta análise, a posição em depósitos (ordem e a prazo), já que para as restantes exposições não há ativos em carteira.

| Risco de Crédito | | 158 055,26 € | 5,27% | |
|---|----------------|------------------------|------------------------|---------------------------|
| Depósitos Bancários por Grupo Económico | Notação Rating | Soma Valor Mercado SMV | Loss Given Default LGD | Probability of default PD |
| Banco BIG | NR | 263 402,60 € | 263 402,60 € | 4,18% |
| Ativos em análise | | | 263 402,60 € | |

No final do ano, as perdas potenciais com origem em inesperada deterioração ou entrada em *default* das contrapartes em análise, para o horizonte temporal de 12 meses é de 158.055,26€.

Complementarmente à análise de sensibilidade efetuada, é realizada também a monitorização à componente obrigacionista da carteira. Assim a 31 de dezembro de 2025, o Fundo não detém exposição neste segmento de ativos com *rating* igual ou inferior a BB+.

Através da verificação dos limites da política de investimento são monitorizados os limites de crédito por contraparte, assim como a notação média de *rating* da carteira, que se situava no final de 2025 no nível A, considerando a escala *Standard & Poors*.

| | dez/25 | dez/24 |
|--|--------|--------|
| Percentagem de títulos rating <= BB+ | 0,00% | 0,00% |
| Notação média de rating da carteira (Standard & Poors) | A | A |

DURAÇÃO E MATURIDADE MÉDIA DO SEGMENTO DE DÍVIDA

Como informação adicional, a duração e a maturidade média são métricas-chave que ajudam a identificar o prazo em que os ativos do fundo vencerão. Permite alinhar a gestão do fundo com a estratégia do fundo, considerando seus objetivos de prazo e tolerância ao risco.

Detalhe da Carteira de Dívida

| Instrumento | Valor | Duração | Mat Média |
|-----------------------|--------------------|-------------|-------------|
| Invest Direto | 0 € | n.a. | n.a. |
| Soberanos | 0 € | n.a. | n.a. |
| Corporate | 0 € | n.a. | n.a. |
| Invest Indireto (FIO) | 2 542 238 € | 2,75 | n.a. |
| Total | 2 542 238 € | 2,75 | n.a. |

A exposição indireta em obrigações, na carteira do **Fundo Poupança Reforma PPR BIG CONSERVADOR** é de 84,83%. A duração total da carteira de dívida é de 2,75.

STRESS TESTS

O impacto de diversos cenários de stress no valor da carteira para o período temporal de um dia, apresenta os seguintes resultados:

| Cinco melhores cenários | Impacto em valor | Impacto em % |
|---|------------------|--------------|
| Crise Financeira Russa (2008) - Guerra da Rússia com a Geórgia e consequente queda brusca do preço do petróleo, fez surgir um receio que houvesse uma recessão económica na região. | 32 816,16 € | 1,10 |
| Desvalorização EUR vs. USD 10% - O efeito da desvalorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação. | 20 889,22 € | 0,70 |
| Recuperação dos Mercados Acionistas Globais (2009) - Mercados Acionistas em recuperação após desvalorização de 2008. | 16 785,82 € | 0,56 |
| Crise da dívida Soberana & Downgrade (2011) - Crise da Dívida Soberana que levou os EUA ao credit downgrade. Este stress test descreve um período de 17 dias, com início em 22 /07/2011 quando o mercado começou a reagir ao impasse do teto da dívida. 08/08/2011 foi o primeiro dia útil após o anúncio do downgrade. | 14 017,42 € | 0,47 |
| Queda do preço do Petróleo (Maio 2010) - Queda do preço do petróleo em 20% devido a preocupações sobre a forma como os países da Europa reduziriam os défices orçamentais, na sequência da crise Económica Europeia. | 12 937,17 € | 0,43 |

| Cinco piores cenários | Impacto em valor | Impacto em % |
|--|------------------|--------------|
| A pandemia de COVID-19 provocou um dos choques mais rápidos e severos na história dos mercados financeiros globais, caracterizado por uma fase de pânico inicial, seguida por uma recuperação desigual impulsionada por estímulos massivos. Pânico global levou a quedas superiores a 30% logo na fase inicial nas principais bolsas mundiais. | -34 265,22 € | -1,14 |
| Falência da Lehman (2008) - Retornos (rendibilidades) históricos durante o mês seguinte à falência da Lehman Brothers em 2008. | -25 231,36 € | -0,84 |
| Valorização EUR vs. USD 10% - O efeito da valorização do Euro face ao Dólar em 10% propagou-se a outras moedas e aos mercados acionistas por via da correlação. | -20 889,22 € | -0,70 |
| Queda Mercado Acionista 10% - Mercados Global/Europeu/Asiático e Japonês desvalorizam 10% (tendo em conta os efeitos de propagação de choque correlacionados, definidos no âmbito do modelo). | -1 836,45 € | -0,06 |
| Choque Petrolífero na Líbia (Fevereiro 2011) - Início de Guerra Civil na Líbia em 15 de fevereiro de 2011, provoca aumentos no preço do petróleo. | -1 744,96 € | -0,06 |

As projeções da análise de *stress tests* para os cenários anteriormente mencionados foram efetuadas através do sistema de informação *Bloomberg* com a carteira de investimentos do fundo de pensões em 31 de dezembro de 2025.

CONCENTRAÇÕES DE RISCO NÃO EVIDENTES NOS PONTOS ANTERIORES

Não identificadas.

ALTERAÇÕES FACE AO PERÍODO ANTERIOR

Não houve factos relevantes a assinalar.



| CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** (“Fundo”), gerido pela **FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA** (“Entidade Gestora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 3 000 736 euros, um valor do Fundo de 2 996 809 euros e um resultado líquido de 308 592 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo Poupança Reforma PPR BiG CONSERVADOR** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a

preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,

- modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2026



Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério
(ROC nº 995, inscrita na CMVM sob o nº 20160610)
em representação de BDO & Associados - SROC



FUTURO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

📍 R. Carmo, 42- 6.º | 1200-094 LISBOA

☎ + 351 210 416 005

✉ geral@futuro-sa.pt

🌐 www.futuro-sa.pt



Capital Social 2.566.800€ | Registada na C. R. C. de Lisboa | NIPC 501 965 963

Entidade autorizada, supervisionada e registada na ASF-Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões sob o n.º 3805

